



ST4 - EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANALFABETISMO E PESSOAS IDOSAS: REFLEXÕES PARCIAIS DE UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

LITERACY AND ELDERLY PEOPLE: PARTIAL REFLECTIONS OF A RESEARCH IN PROGRESS

Suelyn Maria Longhi de OLIVEIRA¹ · Claudinéia Lucion SAVI² · Maria de Lourdes BERNARTT³

Resumo: As pessoas idosas, em número cada vez maior no mundo, e principalmente em países em desenvolvimento com o Brasil, demandam intervenções dos gestores públicos, bem como da sociedade civil, objetivando a construção ou melhoria de políticas públicas. Nesse sentido o Programa “Cidade e Comunidades Amigáveis a Pessoa Idosa” da Organização Mundial de Saúde está sendo implantado em municípios do sudoeste do Paraná. Uma das diretrizes desse Programa mundial é conhecer o perfil da população com idade igual ou superior a 60 anos e, desta forma promover subsídios para ações na educação, a qual é abordada nesse estudo e em outras dimensões que são elementos precípuos à longevidade com qualidade. Dois municípios pertencentes a esse grupo de cidades foram avaliados nesse trabalho, Itapejara D’ Oeste e Santa Tereza do Oeste, no sudoeste e oeste do Paraná respectivamente. A escolha pela variável da escolaridade vem em encontro a relação hipotética entre alfabetização e/ou escolarização na terceira idade em interface com a manutenção e estimulação das funcionalidades cognitivas e a minimização dos impactos da idade. Os resultados encontrados nas duas amostras pesquisadas o analfabetismo e maior na zona urbana do município comparado com a rural e em relação aos outros níveis de escolaridade. Frente a isso, este estudo faz reflexões sobre as questões históricas em relação ao número de analfabetos em contexto atual, bem como, a importância do domínio da leitura e da escrita para a qualidade de vida das pessoas idosas.

Palavras chaves: Escolaridade. Pessoa Idosa. Longevidade.

Abstract: Elderly people, in increasing numbers in the world, and especially in developing countries like Brazil, demand interventions from public managers, as well as civil society, aiming at the construction or improvement of public policies. In this sense, the World Health Organization's “Friendly City and Communities for the Elderly” Program is being implemented in municipalities in southwestern Paraná. One of the guidelines of this worldwide Program is to know the profile of the population aged over 60 years and, in this way, promote subsidies for actions in education, which is addressed in this study and in other dimensions that are essential elements to quality longevity. Two municipalities belonging to this group of cities were evaluated in this work, Itapejara D’ Oeste and Santa Tereza do

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional PPGDR da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. suelynlonghi@hotmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Regional PPGDR da Universidade Tecnológica Federal do Paraná

³ Coordenadora do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional- PPGDR da Universidade Tecnológica Federal do Paraná/ UTFPR; marialbernartt@gmail.com



OBSERVADR





Oeste, in the southwest and west of Paraná, respectively. The choice of the education variable is in line with the hypothetical relationship between literacy and/or schooling in the third age, in an interface with the maintenance and stimulation of cognitive functionalities and the minimization of the impacts of age. The results found in the two samples surveyed, illiteracy is higher in the urban area of the municipality compared to the rural area and in relation to other levels of education. Faced with this, this study reflects on historical issues in relation to the number of illiterates in the current context, as well as the importance of mastering reading and writing for the quality of life of elderly people.

Keywords: Schooling. Elderly. Longevity.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem por base dados parciais de um estudo em andamento conectado ao Programa “Cidade e Comunidades Amigáveis a Pessoa Idosa”, da Organização Mundial da Saúde⁴, nos municípios do Sudoeste do Paraná que se tornaram membros da Rede Global. Tal estudo está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, PPGDR, da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, UTFPR, Câmpus Pato Branco, Linha de Pesquisa Educação e Desenvolvimento. Para este ensaio, recortamos dados obtidos na pesquisa para realização do diagnóstico da pessoa idosa de dois municípios do Estado do Paraná: Santa Tereza do Oeste e de Itapejara D’ Oeste. Tais ações constituem-se precípuas e subsidiam a construção ou melhoria de políticas públicas para a pessoa idosa, bem como a implantação do Programa “Cidade e Comunidades Amigáveis a Pessoa Idosa”.

É factual, que nos últimos tempos, o debate sobre o envelhecimento da população tem protagonizado estudos passando a fazer parte das preocupações de gestores no que se refere a garantia das condições mínimas de atendimento às pessoas idosas.

Para isso, toma-se como referência o fato de a Organização Mundial de Saúde (OMS), ainda na década de 1980, considerar a pessoa idosa, sob o ponto de vista cronológico, o indivíduo com 65 anos ou mais de idade em países desenvolvidos, enquanto que, em países em desenvolvimento, prevalece a idade de 60 anos ou mais (OMS, 1984).

Por razões diversas a preocupação de gestores é precípua, já que a população idosa tem aumentado inexoravelmente e, segundo dados da OPAS/OMS (2018) entre o ano de 2015 e 2050, a proporção da população mundial com mais de 60 anos quase passará de 12% para 22%; em 2020 o número de pessoas com 60 anos ou mais será superior ao de crianças com menos de cinco anos e no ano 2050, 80% das pessoas idosas viverão em países de baixa e média renda.

Destarte, tais dados remetem aos desafios que os países, estados e municípios terão para

⁴ O Programa Cidades e Comunidades Amigáveis a Pessoa Idosa tem como referência o Guia Global Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial de Saúde, lançado em 2008, aborda oito principais eixos: espaços abertos e prédios, transportes, moradia, apoio comunitário e saúde, participação cívica e emprego, respeito e inclusão social, participação social, e comunicação e informação.



garantir dignidade às pessoas idosas, sendo que, tais desafios permeiam diversas dimensões da estrutura social como: seguridade social e previdência, saúde, educação, habitação, trabalho, renda e desenvolvimento urbano (OMS, 2005).

Dentre tais dimensões, entende-se que o acesso à educação, é um fator de crescimento, de conhecimento, de interação, de novas descobertas e vivências, elementos essenciais à preservação e manutenção de uma vida mais produtiva e saudável (PANTAROLO; OLIVEIRA, 2008), no entanto, muitas vezes inacessível às pessoas idosas.

Nesse viés, é precípuo conhecer, a partir de amostra pesquisada, a população idosa dos diferentes contextos para que, então, seja possível subsidiar e contribuir para a melhoria dos processos, sistemas e estruturas que lhes assegurem condições mais dignas, já que, as adaptações exigem tempo, recurso e políticas públicas efetivas para este contexto.

Isto posto, a partir de dados que indicam os índices de escolaridade das pessoas idosas dos municípios ora citados, vislumbramos a necessidade de melhor compreender a problemática histórica que está associada ao número de idosos analfabetos na atualidade. Para isso, o presente texto tem o objetivo de refletir sobre a construção dos processos educacionais, especificamente em relação à aquisição da leitura e escrita, para jovens e adultos e a conexão deste para a longevidade, com qualidade, das pessoas idosas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estado do Paraná está localizado, geograficamente, na região Sul do Brasil, possui 399 municípios agrupados em 10 mesorregiões, conforme se verifica na figura, a seguir:



OBSERVADR





Figura 01: Mapa do Estado do Paraná com as Mesorregiões



Fonte: Marques (2013)

Dentre os municípios, encontram-se os que são *locus* deste estudo, estes, situam-se em regiões distintas do estado, com distância, aproximada, de 188 km a 259 km, entre si.

O município de Santa Tereza do Oeste, localizado na região Oeste, possui, de acordo com os dados do IBGE, em 2010, população estimada de 10.139 habitantes. O município é grande produtor de grãos e destaca-se na produção de soja e milho, e conta também com a pecuária, principalmente criação de suínos e aves. (MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE, s.d.).

Já o município de Itapejara do Oeste, localizado na região Sudoeste paranaense, possui, de acordo com censo do IBGE, em 2010, 10.531 habitantes. De acordo com informações obtidas no site do município, no ano de 2014 a população estimada era de 11.335 habitantes (MUNICÍPIO DE ITAPEJARA DO OESTE. s/d.). A tabela, na sequência, mostra o índice de desenvolvimento humano dos dois municípios, de acordo com censo do IBGE (2010).



Tabela 01: Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios de Itapejara do Oeste e Santa Tereza do Oeste

Município	IDHM - Dimensão educação	IDHM - Dimensão longevidade	IDHM - Dimensão renda	Ranking no estado
Itapejara do Oeste	0,661	0,828	0,713	78
Santa Tereza do Oeste	0,632	0,808	0,686	207

Fonte: Adaptada de IPARDES (2010)

Desse modo, podemos observar que o município de Itapejara do Oeste possui IDHM mais elevado, embora a diferença seja, relativamente, pequena, ocupa colocação mais privilegiada no ranking no estado do Paraná.

Tendo como pressuposto a pesquisa exploratória, com levantamento de dados *in loco*, realizado de outubro a dezembro de 2019, diagnosticou-se o perfil da amostra pesquisada de pessoas idosas, tanto os residentes no meio rural quanto os residentes no meio urbano, contemplando as dimensões de idade e escolaridade. A amostra selecionada corresponde a, aproximadamente, 10% do número de idosos de cada município, ou seja, no Município de Santa Tereza do Oeste foram entrevistados 320 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, homens e mulheres, e no município de Itapejara do Oeste foram entrevistados 315 pessoas idosas.

Os dados obtidos, apresentados a seguir, poderão subsidiar ações e a construção de políticas públicas que tenham como pressuposto a melhoria em condições e qualidade de vida das pessoas idosas.

ASPECTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No Brasil, é possível atribuir o início da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na época do descobrimento com a chegada dos jesuítas, em 1549, “Embora a missão principal dos Padres da Companhia de Jesus fosse a catequese” (AGUIAR, 2001, p. 10), sendo que “a missão dos padres jesuítas, em grande medida, ocorreu com adultos”, pois além de catequizá-los, ensinavam a língua Portuguesa e os “ofícios necessários à sustentação da economia da colônia”.

No entanto, Strelhow (2010, p. 51), aponta para o fato de após os Jesuítas saírem do Brasil, no ano de 1959, a educação ficou sob a responsabilidade do império e “a educação de adultos entra em colapso. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo o



elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas” (STRELHOW, 2010, p. 51) e, portanto, elitizada em que o conhecimento formal é monopolizado pelas classes dominantes. O autor destaca, ainda, que: “É importante ressaltar que a educação de Jovens e Adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso”, sob a perspectiva da solidariedade.

No ano de 1945 com a criação das Nações Unidas (ONU) e da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), ampliou-se a preocupação com a Educação de Adultos (AGUIAR, 2001, p.15). A Constituinte de 1946 desencadeou, no ano de 1947, a criação do Ministério da Educação e Saúde, do Serviço de Educação de Adultos (SEA). O autor sinaliza que:

em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e mais tarde, em 1958, a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Essas Campanhas tiveram pouca duração e expressão, mas possibilitaram o surgimento dos movimentos de alfabetização de jovens e adultos e de educação popular, ainda naquela década e no início da década seguinte. Dessa forma, a educação popular teve sua origem, como organização, a partir dos anos 50. Inicialmente, desenvolveu-se em atividades pastorais da Igreja Católica, nos subúrbios e áreas rurais, sob a denominação de Educação Comunitária, constituindo uma alternativa para a educação dos excluídos (AGUIAR, 2001, p.15 -16).

No entanto, segundo o autor, a partir de 1964, este processo é estagnado e o problema do analfabetismo persistiu e, em 1967 criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), para atender a população analfabeta com mais de 15 e menos de 35 anos, e mesmo com a duração de 15 anos, “não conseguiu reduzir o número absoluto nem o índice relativo de analfabetismo no país” (AGUIAR, 2001, p.27). Depois do MOBRAL, segundo o autor, surge a Fundação EDUCAR (Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos) e que durou apenas 4 anos. Em 1990, lançou-se o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). Entretanto,

em agosto de 1991, o Ministro Chiarelli é substituído pelo ex-reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg. Logo de início, o Ministro Goldemberg dizia não ser muito simpático à idéia do PNAC. Era muita despesa para pouco retorno. Naquela ocasião, o Ministro declarou ao Jornal do Commercio (12 de outubro de 1991) que “O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade (. . .) alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição (...). Vamos concentrar os nossos recursos em alfabetizar a população jovem. (. . .)” (AGUIAR, 2001, p. 35).

E, novamente, a Educação, para os que não estudaram em tempo hábil, fica em segundo plano. Com o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello (1992), houve semi-paralisação e o PNAC foi extinto (AGUIAR, 2001, p.37), segundo o autor, nem existiu efetivamente, pois suas metas não foram cumpridas.

No ano seguinte, 1993, o Ministério da Educação (MEC) elabora o Plano Decenal de Educação para Todos que tinha por objetivo cumprir, no período de uma década (1993 a 2003), as resoluções da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada, em 1990, pela Unesco, Unicef, PNUD e Banco Mundial, em Jomtien/Tailândia, (MENEZES, 2001). É importante destacar que o referido Plano Decenal contemplava a linha de ação estratégica “Sistematização da educação continuada de jovens e Adultos”.



OBSERVADR





Isto posto, chamamos atenção para as implicações do analfabetismo para a pessoa idosa, considerando que a alfabetização, pressupõe-se elemento precípua à longevidade com qualidade.

No entanto, é importante destacar que, para muitos idosos, pode ter lhes sido negada a oportunidade de acessar à educação formal, em tempo hábil e, posteriormente, em idade adulta, o que evidencia questões associadas a dimensão cultural, social e econômica.

Cabe ressaltar que, para as pessoas idosas, muitas vezes, o objetivo da educação independe de receber um “diploma”, pois, é possível que a sua necessidade seja apenas o de dominar o básico, como a escrita e a leitura do próprio nome, por exemplo, ou o de seus filhos, realizar uma operação bancária ou compreender a que outrem tenha realizado, minimizando as chances de ser enganado. Por outro lado, para muitos, o diploma acadêmico é um sonho e um objetivo extremamente motivador.

Além disso, por sua vez, muitos idosos têm buscado a aprendizagem da leitura e da escrita ou sua aprimoração, pela necessidade de inserção e também para contribuir e estimular as funcionalidades cognitivas. Nesse sentido, Soares (2006), aponta para o fato de que o declínio da capacidade cognitiva pode estar associado ao processo fisiológico normal ao envelhecimento ou à demências (SOARES, 2006, p. 08). Para a prevenção, o autor coloca que:

Em termos de prevenção, acredita-se que o estímulo para um bom funcionamento mental, físico e social configura-se como princípio para a promoção de saúde de idosos e, conseqüentemente, de prevenção às demências, graves ou leves. Nesse sentido, atividades mentais funcionam como um fator de proteção às funções cognitivas (SOARES, 2006, p. 03).

Para atuar na prevenção, é importante ações e políticas públicas de promoção de atividades que estimulem o funcionamento mental para as pessoas idosas, pois isso lhes assegurará melhor qualidade de vida, podendo minimizar os impactos da idade nas estruturas cerebrais. Seja qual for a necessidade do idoso, a aquisição de tais processos trazem inúmeros benefícios como, por exemplo, a prevenção de doenças relacionadas à demência ou à depressão, a convivência com outras pessoas e a socialização possibilita trocas importantes, aprender eleva a autoestima, pois se sente capaz de realizar tarefas de forma autônoma, além de dar um novo sentido à vida.

É possível supor que as pessoas analfabetas, na atualidade, são excluídas duplamente, pois já o foram por não terem acesso à educação formal em tempo hábil e, agora, permanecem tendo-lhes esse direito básico negado, ou seja, foram e permanecem à margem dos processos educacionais formais. Aguiar (2001, p. 144) amplia esta discussão quando aponta para o fato de que:

Considerando o fato de que Jovens e adultos analfabetos ou semialfabetizados formam um contingente excluído, sistematicamente, do acesso aos bens culturais mais elementares, dificultando o exercício democrático, é mister que o processo educativo seja o mais qualificado possível para permitir e gerar melhores condições ao exercício da cidadania. Nesse sentido, a escola é o principal canal de acesso a esses bens que este segmento, pobre excluído possui para, ao tempo em que comece



OBSERVADR





a dominar o conhecimento, passe a exercer seus legítimos direitos e deveres de cidadãos.

O domínio da leitura e da escrita e o acesso ao conhecimento, empodera e possibilita que as pessoas possam exercer outros direitos, que podem também terem sido negados por não terem o primeiro, além de contribuir para a manutenção da jovialidade mental e física, interfere na auto estima, prevenção de demências e autonomia e também como um processo de afirmação do indivíduo através da tomada de consciência para um autodeterminismo na condução de alternativas, a fim de dominar as diferentes situações em que será levado a viver (BARCIA, 1982).

No entanto, são necessários mais debates, estudos e vontade política para que ocorram avanços significativos no sentido de incluir, ainda que tardiamente, as pessoas que ficaram à margem dos processos de aquisição da leitura e da escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo como base orientadora os dados obtidos no diagnóstico foi possível delinear o perfil dos idosos dos municípios pesquisados e ir além, dialogando sobre a relação hipotética entre alfabetização e/ou escolarização na terceira idade em interface com a manutenção e estimulação das funcionalidades cognitivas e a minimização dos impactos da idade.

No Município de Santa Tereza do Oeste, Tabela 2, a idade das pessoas idosas entrevistadas variou de 60 a 90 anos, sendo que na área urbana, onde 66,66% da população foi pesquisada, a faixa etária com maiores participantes foi a de 60 a 70 anos e na área rural entre 81 e 90 anos.

Tabela 2: Idade da Pessoa Idosa no Município de Santa Tereza do Oeste

Zona	Total	Idade da pessoa idosa no município de Santa Tereza do Oeste		
		60 a 70 anos	71 a 80 anos	81 a 90 anos
Urbana	66,667	100,000	75,000	0,000
Rural	33,333	0,000	25,000	100,000

Fonte: Autoria própria (2020)

Já no município de Itapejara D' Oeste, Tabela 3, a idade das pessoas idosas entrevistadas



OBSERVADR





variou de 60 à 100 anos, sendo que na área urbana a faixa etária com mais participantes foi entre 71 e 80 anos e na área rural foi entre 81 a 90 anos.

Tabela 3: Idade da Pessoa Idosa no Município de Itapejara D' Oeste

Zona	Total	Idade da pessoa idosa no sudoeste do Paraná			
		60 a 70 anos	71 a 80 anos	81 a 90 anos	91 a 100 anos
Urbana	71,429	67,097	79,208	65,517	100,000
Rural	28,571	32,903	20,792	34,483	0,000

Fonte: Autoria própria (2020)

A variável escolaridade, Tabelas 3 e 4, indicam que, tanto no município de Santa Tereza do Oeste, quanto de Itapejara D'Oeste, há prevalência de pessoas não alfabetizadas na área urbana.

Tabela 4: Escolaridade da Pessoa Idosa no Município de Santa Tereza do Oeste

Zona	Total	Escolaridade da pessoa idosa no município de Santa Tereza do Oeste						
		Ensino fundamental	Ensino médio	Técnico/profissionalizante	Ensino superior completo	Especialização	Doutorado	Não alfabetizado



					to			
Urbana	82,866	81,148	85,000	100,000	100,000	100,000	100,000	86,957
Rural	17,134	18,852	15,000	0,000	0,000	0,000	0,000	13,043

Fonte: Autoria própria (2020)

Tabela 5: Escolaridade da pessoa idosa no Município de Itapejara D'Oeste

Zona	Total	Escolaridade da pessoa idosa no Município de Itapejara D'Oeste						
		Ensino fundamental	Ensino médio	Técnico/profissionalizante	Ensino superior completo	Especialização	Mestrado	Não alfabetizado
Urbana	71,429	70,082	70,833	0,000	85,714	75,000	100,000	78,788
Rural	28,571	29,918	29,167	0,000	14,286	25,000	0,000	21,212

Fonte: Autoria própria (2020)

A partir das Tabelas 4 e 5 também podemos observar que, no município de Santa Tereza do Oeste, na zona rural o maior nível de escolaridade e o Ensino Médio com um percentual de apenas 15% do levantamento realizado, sendo que, em Itapejara do Oeste a escolaridade das pessoas idosas em zona rural já possui nível de ensino superior e especialização, porém, da mesma forma em significativo menor número em relação a urbana.

Os aspectos observados no diagnóstico, considerando a população e a região estudada, bem como o aspecto temporal na qual foi realizada e as variáveis utilizadas, indicam que a



população idosa, tanto masculina quanto feminina, com maior idade moram nas áreas rurais, o Ensino Fundamental e o analfabetismo são as escolaridades que traçam o perfil dessa população. Dessa forma, indicam também que a população idosa da área urbana possui diferenças mais significativas quanto à escolaridade do fundamental à pós-graduação, em comparação à rural.

Algo relevante que observamos é o índice de pessoas analfabetas existentes, tanto na área urbana quanto rural, pois, embora, historicamente, tenham existido ações para a alfabetização de jovens e adultos, estas, parecem não ter sido efetivas, já que muitos idosos permanecem à margem destes processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa “Cidade e Comunidades Amigáveis à Pessoa Idosa”¹, iniciado pela Organização Mundial da Saúde e, no Paraná, protagonizado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, tem suscitado várias discussões fundamentais à construção ou aprimoramento de Políticas Públicas, bem como, trazido à baila questões importantes, dentre estas, a problemática histórica de exclusão que deixou e ainda deixa muitos sujeitos à margem dos processos de escolarização formal e que, conseqüentemente, justifica o número de idosos analfabetos na atualidade.

Apesar dos avanços nas discussões, ainda estes aspectos carecem de mais estudos no sentido de problematizar e dar voz aos sujeitos que estão à margem, já que estar incluso nesses processos significa ter condições dignas e cidadãs, além de auxiliar na manutenção das estruturas cerebrais, ambas importantes à manutenção das estruturas mentais e que, ainda, podem mobilizar novo sentido à vida.

Apesar de nos últimos tempos um dos maiores feitos da humanidade foi a ampliação do tempo de vida, ainda que essas conquistas estejam longe de se distribuir de forma equitativa em contextos socioeconômicos e formam um privilégio para os países menos desenvolvidos.

Sendo assim, a longevidade, com qualidade de vida será naturalmente a superação da representação negativa da velhice pelo envelhecimento ativo e produtivo, essa nova visão do idoso só acontecerá quando o mesmo for considerado cidadão capaz de construir sua história com dignidade, autonomia, esperança e felicidade (PANTAROLO; OLIVEIRA, 2008) e, nesse sentido, a inserção de homens e mulheres em processos inclusivos que assegurem o domínio mínimo dos conhecimentos da leitura e da escrita, pode contribuir para avanços concernentes e conseqüentes a este.

O presente estudo, a partir dos dados parciais obtidos no diagnóstico realizado nas duas cidades, Santa Tereza do Oeste e Itapejara D’ Oeste, se propôs a trazer à tona questões sobre



a dívida histórica em relação ao número de analfabetos em contexto atual, bem como, a importância do domínio da leitura e da escrita para a qualidade de vida das pessoas idosas. Tais elementos provocam a indicam a necessidade de pensar políticas públicas que atendam a tais demandas, caso contrário, a dívida histórica somente crescerá.

REFERÊNCIAS DE LITERATURA

AGUIAR, R. H. A. **Educação de Adultos no Brasil: políticas de (des)legitimação.** Tese de Doutorado. 2001. Disponível em

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/333691/1/Aguiar%2c%20Raimundo%20Helvecio%20Almeida_D.PDF. Acesso em 23 de julho.2020.

BARCIA, Mary F. **Educação Permanente no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1982.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Indicadores Sociais. Índice de desenvolvimento Humano Municipal.** 2010. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indicadores-Sociais>. Acesso em 21 de julho. 2020.

MARQUES, André Luiz. **Geografia em foco.** 2013. Disponível em <http://outrageografia.blogspot.com/2013/08/mapa-das-mesorregioes-do-parana.html>. Acesso em 21 de julho. 2020.

MENEZES, E. T. de. Plano Decenal de Educação para Todos. **Educabrazil.** 2001. Disponível em <https://www.educabrazil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>. Acesso em 23 de julho. 2020.

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE. **Apresentação. Histórico.** s.d. Disponível em <https://www.santatereza.pr.gov.br/>. Acesso em 21 de julho. 2020.

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA DO OESTE. **Dados indicadores.** s/d. Disponível em: <http://www.itapejaradoeste.pr.gov.br/>. Acesso em 21 de julho.2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Discussion document on the concept and principles. In: _____. **Health promotion: concepts and principles, a selection of papers presented at Working Group on Concepts and Principles.** Copenhagen: Regional Office for Europe, 1984. p.20-3. [livro]

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** 2005. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. [internet].

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Guia Global Cidade Amiga do Idoso.** Suíça, 2008. Disponível em: <http://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>.

OPAS/OMS - Organização Pan-Americana da saúde/Organização Mundial da saúde. **Folha informativa - Envelhecimento e saúde** 2018. Disponível em



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5661:folha-informativa-envelhecimento-e-saude&Itemid=820#:~:text=Em%202020%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,r%C3%A1pido%20do%20que%20no%20passado.. Acesso em 23 de julho. 2020.

PANTAROLO, R. S. OLIVEIRA, R. de C. O direito à educação prescrito no Estatuto do Idoso: uma breve discussão. **Revistas.apps.uepg.br**. UEPG – Ponta Grossa – PR. 2008. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss03_07.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2020.

STRELHOW, T.B. Breve história sobre a educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010. Disponível em ¹http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em 23 de julho. 2020.

SOARES, E.; **Memória e envelhecimento: aspectos neuropsicológicos e estratégias preventivas**. 2006. Disponível em <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0302.pdf>. Acesso em 22 de julho. 2020.



OBSERVADR

